



GOVERNO DA PARAIBA

LEI N.º 3.704 , de 11 de dezembro de 1972

Autoriza a constituição da "A UNIÃO" - Companhia Editora e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade de economia mista, denominada "A UNIÃO" - Companhia Editora, vinculada à Secretaria da Divulgação e Turismo, com sede e fôro na cidade de João Pessoa e jurisdição em todo o território nacional, sendo indeterminado o prazo de sua duração.

Art. 2º - A "A UNIÃO" - Companhia Editora terá por objetivo:

I - Impressão, distribuição e venda dos jornais "A UNIÃO", Diário Oficial, Diário da Justiça e Diário da Assembléia;

II - Edição de livros, inclusive didáticos, revistas e demais publicações oficiais e particulares;

III - Indústrias gráfica e o comércio de papel em ge - ral para o serviço público;

IV - Executar atividades correlatas e afins.

Art. 3º - A "A UNIÃO" - Companhia Editora adotará , no exercício de suas atividades, as normas concernentes às empresas privadas, inclusive no que diz respeito à estrutura de custos, formação de preços, rentabilidade dos investimentos e contabilidade, regendo-se nesse particular, pelos estatutos e regulamentos que forem

PUBLICADO NO P. ON. VL
DATA
Em 16/12/22
J. M. M.
20.12.22



- 2 -

adotados.

Artº 4º - O capital inicial da Companhia será de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) dividido em 400.000 ' (quatrecentos mil) ações nominativas, ordinárias e preferenciais, de valor nominal de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) cada uma.

§ 1º - A Companhia poderá ter como acionista pessoas físicas e entidades públicas e privadas.

§ 2º - As ações representativas do capital da Companhia com direito a voto deverão pertencer majoritariamente ao Estado.

§ 3º - Será nula de pleno direito a subscrição ' ou transferência de ações com infringência do disposto no parágrafo anterior.

Art. 5º - Para a realização do capital que será subscrito pelo Estado, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Transferir para a Companhia:

- a - o atual acervo da Editora "A UNIÃO" considerado útil e necessário ao funcionamento da Empresa;
- b - o prédio e respectivo terreno localizado no Distrito Industrial de João Pessoa, de propriedade do Estado, e destinado a instalações da Companhia;
- c - as máquinas, equipamentos e acessórios, era em fase de aquisição pelo Estado, e destinados ao projeto de implantação da Companhia;
- d - outros bens necessários e úteis ao funcionamento da Empresa.

II - Abrir, na Secretaria da Divulgação e Turismo , um crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), classificado sob o código 4.0.0.0 - Despesas de Capital - 4.1.0.0 - Investimentos - 4.1.5.0 - Participação em Constituição ou Aumento de Capital



- 3 -

da Empresa ou Entidades Industriais e Agrícolas - 4.1.5.1 - Participação no capital de "A UNIÃO" - Companhia Editora.

Parágrafo Único - A incorporação ao patrimônio da Companhia dos bens e recursos discriminados neste artigo, poderá ser feita de uma só vez ou progressivamente,

Art. 6º - A "A UNIÃO" - Companhia Editora será administrada por uma Diretoria composta de até quatro membros, eleitos em Assembléia Geral, com mandato e atribuições definidos em seus estatutos e terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos, anualmente, pela Assembléia Geral Ordinária.

Art. 7º - Os honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal serão propostos pelo representante do Estado nas Assembléias Gerais da Empresa, depois de aprovados pelo Governador do Estado.

Art. 8º - Dependem de prévia aprovação do Governador do Estado os atos da Diretoria, relativos a criação e extinção de cargos e funções e a fixação de ordenados e salários dos empregados da Companhia.

Art. 9º - O Secretário da Divulgação e Turismo representará o Estado nos atos constitutivos e nas Assembléias Gerais da Companhia.

Art. 10 - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a:

- I - Nomear uma comissão composta de 3 (três) membros, que deverá elaborar os estatutos da Companhia, com observância do disposto nesta Lei e na legislação relativa às sociedades anônimas, especialmente o Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, e ultimar as demais providências necessárias à constituição de "A UNIÃO" - Companhia Editora, no prazo de 60



- 4 -

- (sessenta) dias, contados da data da publicação do ato de nomeação de seus membros;
- II - Subscrever, sempre que necessário, ações para aumento de capital social, obedecidas às exigências da legislação em vigor;
- III - Reorganizar a Secretaria da Divulgação e Turismo, em função das modificações estruturais introduzidas por esta Lei, mediante a extinção de órgãos e serviços que desempenham atividades incluídas na competência da Companhia;
- IV - Anular parcialmente, para ocorrer a despesa prevista no item II, do artigo 5º, desta Lei, a seguinte dotação consignada no vigente Orçamento Administrativo dos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo:

4.12 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto 05.02.072.

4.0.0.0 - Despesas de Capital

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.5.0 - Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas.

4.1.5.5 - Participação em aumento de capital da CIDAGRO Cr\$ 200.000,00.

Art. 11 - Os servidores dos órgãos ou serviços extintos, nos termos do artigo 10, item III desta Lei, poderão ser aproveitados nos quadros da Companhia, de acordo com a respectiva habilitação e se satisfizerem as condições exigidas para a admissão do pessoal contratado, sob regime da legislação trabalhista, assegurada a contagem de tempo de serviço anterior para fins de indenização.

§ 1º - Dentro de 90 (noventa) dias, a partir de sua constituição, a Companhia organizará, mediante prévia inscrição, testes de seleção para os servidores que, nos termos deste artigo, quiseram integrar o quadro de pessoal da Empresa, regido pela C.L.T.



- 5 -

§ 2º - Os servidores que não forem aproveitados nos quadros da Companhia, ficarão à disposição da Secretaria da Administração, para efeito de posterior re lotação em outros órgãos da administração estadual.

§ 3º - Os cargos dos órgãos disselvidos em decorrência desta Lei, serão, igualmente, declarados extintos, à proporção que vagarem.

Art. 12 - A Companhia é declarada de utilidade pública e gozará dos favores de desapropriação por utilidade pública, na forma da Lei.

Art. 13 - As custas e emelumentos de qualquer natureza, a que estiver sujeita a Companhia, em qualquer repartição do Estado, inclusive as subordinadas ao Poder Judiciários, serão pagas com a redução de 50% (cincoenta por cento).

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 de dezembro de 1972; 84ª da Proclamação da República.



